



Medeiros (E), Magri e Cabral: três em busca de um caminho para a estabilidade

Estabilidade pode ter acordo a partir da emenda de Lula

BRASÍLIA — Por iniciativa do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), do *Centrão*, a emenda do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), propondo estabilidade no emprego, foi posta na mesa de negociações dos parlamentares que discutem, com os sindicatos, o capítulo dos Direitos Sociais. De agora em diante, a proposta do líder do PT na Constituinte servirá como ponto de partida para qualquer acordo que venha a ser firmado entre a esquerda e o *Centrão*, com a participação da CUT e da CGT.

Ponte, que recorreu à emenda de Lula para tentar convencer o presidente da CUT, Jair Meneghelli — que na reunião de ontem dirigiu duros ataques à Constituinte e ameaçou não fechar acordo algum — a continuar negociando, fez questão de esclarecer que falava “em nome pessoal”. Mas, em seguida, disse que se o deputado petista concordar em não deixar a critério exclusivo do empregado a forma de indenização no caso de demissão por justa causa, ele teria condições de convencer seus companheiros a votar na proposta.

Garantia — A emenda de Lula estabelece “garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados os casos de falta grave com-

provada judicialmente, contrato a termo não superior a dois anos ou fato econômico intransponível, técnico ou infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado”. Ponte exige que o critério valha tanto por parte do empregado quanto do empregador.

Os deputados Carlos Alberto Caó e Luiz Alfredo Salomão, ambos do PDT fluminense, e Edmilson Valentim (PC do B-RJ), presentes à reunião, imediatamente aceitaram continuar as negociações — que pareciam rompidas, por causa da intervenção de Meneghelli — “se o *Centrão* admitir a proposta de Lula como ponto de referência para eventuais acordos”, propôs Caó. A questão voltará a ser discutida em nova reunião, às 15h de hoje.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade — que depois de negociar paralelamente na quarta-feira com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, chegou à conclusão de que o melhor é apoiar a proposta da Comissão de Sistematização — também aceitou a sugestão de Ponte. Isso porque, a não ser na questão do arbítrio e na comprovação judicial da necessidade de demissões, a

emenda de Lula e a proposta da Sistematização são iguais.

Diferenças — E foi o texto da Sistematização que Santos Andrade defendeu em outra reunião com o *Centrão* — e os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação dos Profissionais Liberais, Confederação dos Trabalhadores em Educação e Cultura, Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres, Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricistas de São Paulo.

Nessa reunião, não se chegou a acordo pois, ao contrário dos presidentes dos sindicatos, Luiz Antônio Medeiros e Antônio Rogério Magri, Santos Andrade não aceita retirar do texto permanente o princípio da estabilidade nem vinculá-lo à indenização. O *Centrão* conseguiu por contra si também o presidente da CNTI, José Calixto, ao propor, através do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), a troca da estabilidade pela manutenção do imposto sindical, que pela emenda do grupo é extinto, e a exclusão do princípio da pluralidade sindical. “Se eles querem desmantelar o movimento sindical, que o façam sozinhos”, disse Calixto.

Sindicalistas brigam entre si

Enquanto o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, faz acordos paralelos com a liderança do PMDB na Constituinte e o presidente da CUT, Jair Meneghelli, une-se às posições mais à esquerda e radicaliza nas negociações, os presidentes dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricistas de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri, tomam café da manhã, almoçam e jantam com o *Centrão*.

Não é a toa que, ontem, os sindicalistas estavam claramente divididos na questão da estabilidade. Meneghelli apóia o PT, Joaquinão fica com Covas, e Magri e Medeiros tendem a fechar com o *Centrão*. Magri admitiu que fica “com a maioria” se não houver acordo e Medeiros está disposto até a convocar uma assembleia de metalúrgicos para aceitar a proposta do

grupo (estabilidade vinculada à indenização) com maior respaldo.

Na quarta-feira, Medeiros e Magri só saíram do hotel onde mora o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) — o candidato dos dois à prefeitura de São Paulo e, eventualmente à Presidência da República — para dormir e participar de reuniões com sindicalistas e constituintes. O café da manhã tomaram com Afif, o almoço foi com Afif e José Geraldo (PMDB-MG) e o jantar, também no hotel, reuniu toda a cúpula do *Centrão*.

À última hora (o encontro só terminou às 2h da madrugada), foi convocado para participar da conversa o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), do Grupo de Entendimento, autor da proposta que a ala moderada do *Centrão* aceita e os

sindicalistas acham cada vez melhor. A emenda de Ronaldo César diz que a relação de emprego é protegida contra demissão imotivada, na forma da lei, que assegurará indenização compensatória sem prejuízo de outros benefícios.

Magri e Medeiros apóiam essa proposta, mas querem que nas Disposições Transitórias fique assegurado o direito do trabalhador receber indenização já e com a maior retroatividade possível. O problema, e por isso no jantar o acordo não foi fechado, é que o *Centrão* não gosta da expressão “sem prejuízo de outros benefícios” (acha que futuramente pode vir a ser interpretada na Justiça como estabilidade) e quer que a demissão imotivada seja permitida “mediante” indenização compensatória, com a menor retroatividade possível.

Meneguelli provoca o relator

Não vim aqui mostrar penico para ninguém (referência à atitude do deputado Jayme Paliarin, do *Centrão*, que no dia anterior dedicou, da tribuna da Constituinte, um penico à CUT), nem quero fazer provocações. Com esse espírito, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, sentou-se frente a frente com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e outros líderes do *Centrão*, junto com o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), para discutir estabilidade no emprego.

Cinco minutos depois, provocava: “Aceitar o texto da Sistematização sobre estabilidade foi abrir as pernas. E eu admito que abri. Mas arreganhar as pernas, desculpem, não vi dar. Se era para fazer isso que estão fazendo era melhor não ter Constituinte”. Meneghelli acabou com o clima cordial da reunião, mantido principalmente por Cabral, que chamava o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, suplente de Mario Covas, todo o tempo de “meu senador”.

Meneghelli provocou reação imediata do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), 3º secretário da da Constituinte, que protestou em nome da Mesa, e ganhou uma repreensão de Bernardo Cabral: “Você está sendo radical, tanto quanto os empresários que não querem ceder”. Mas nessa altura, Meneghelli, com voz mansa, sem alte-

rar o tom, já havia feito um discurso de 10 minutos colocado-se contra as negociações.

— Em nome da CUT, não posso aceitar qualquer acordo que estabeleça o princípio da venda do trabalhador, em troca de indenização. Não quero que a Constituinte negocie em nosso nome com os empresários. Que remos o embate direto com o empresariado. Em nossas negociações diretas, os empresários sempre nos mandam procurar a lei. Chegou o momento, por isso mesmo, de querermos honestidade na elaboração desta Constituição, porque até agora não se falou com honestidade em estabilidade no emprego — disse Meneghelli.

Ele manifestou, depois, a disposição da CUT em não negociar: “Nem que seja para perder tudo. O que queremos é a possibilidade de continuar a lutar junto com o trabalhador”.